



RELATÓRIO & CONTAS 2017



GOLDEN

RELATÓRIO & CONTAS 2017

Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 502 538 430
Capital Social 500.000 Euro

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE
GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

Introdução

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. ("Golden Assets"), as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



ÍNDICE



01

1. MENSAGEM CEO

02

2. HIGHLIGHTS 2017

03

3. MODELO DE NEGÓCIO

3.1 ESTRATÉGIA

3.2 INDICADORES

3.3 ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

04

4. GOVERNANCE

05

5. ATIVIDADE

06

6. PERSPETIVAS

07

**7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

08

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

09

**9. DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

1. MENSAGEM CEO



António Nunes da Silva
Presidente do Conselho
de Administração
Chief Executive Officer

“

SABEMOS QUE, NUM MUNDO DE RÁPIDA MUDANÇA, SÓ SE DISTINGUE QUEM TEM A CAPACIDADE DE INTERPRETAR O PRESENTE PARA ESTAR MELHOR PREPARADO PARA O FUTURO. HOJE, MAIS DO QUE NUNCA, TAMBÉM SABEMOS QUE NÃO BASTA TER EXPERTISE NA GESTÃO DO PATRIMÓNIO. A ELA QUISEMOS JUNTAR A PAIXÃO EM FAZER A DIFERENÇA PARA TER UM IMPACTO POSITIVO NA VIDA DOS NOSSOS CLIENTES. POR ISSO, DECIDIMOS ADOPTAR UMA NOVA IMAGEM, AGREGANDO TODA A NOSSA PROPOSTA DE VALOR, COM A ASSINATURA

“Comprometidos Consigo”.

”

O ano de 2017 foi um ano notável para os nossos clientes e para a Golden.

Crescemos 22% no total de ativos sob acompanhamento face a 2016, com crescimento registado em todas as linhas de negócio (Financial Advising, Asset Management e Brokerage).

Orgulhamo-nos das rentabilidades que conseguimos para os nossos clientes, mas mais do que isso, registamos com agrado o aumento no seu grau de satisfação, que muito nos honra e que reforça o compromisso que, com eles, assumimos.

Admitimos 15 novos colaboradores, continuamos a investir em formação e conhecimento, preparando assim, a equipa para os desafios de 2018. Aceitamos ainda o convite de integrarmos o grupo de membros fundadores da Fundação de Serralves, parceria em que acreditamos poder contribuir positivamente na intervenção cultural, educacional e apoio social. Com a assinatura desta parceria, pretendemos participar na atividade da Fundação Serralves e contribuir para a continuidade de um projeto ambicioso, cuja ação é reconhecida nacional e internacionalmente.

Sabemos que, num mundo de rápida mudança, só se distingue quem tem a capacidade de interpretar o presente para estar melhor preparado para o futuro. Hoje, mais do que nunca, também sabemos que não basta ter a expertise na gestão do património. A ela quisemos juntar a paixão em fazer a diferença para ter um impacto positivo na vida dos nossos clientes. Por isso, decidimos adotar uma nova imagem, agregando toda a nossa proposta de valor, com a assinatura **“Comprometidos Consigo”**.

Mais do que um símbolo renovado, esta nova assinatura marca a nossa evolução e vontade em criar real valor para aqueles que nos procuram.

2. HIGHLIGHTS 2017 GOLDEN WEALTH MANAGEMENT



Colaboradores



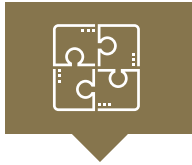
Anos de experiência

1,3 B€

ATIVOS SOB
ACOMPANHAMENTO

A Golden está presente:
Porto | Lisboa | Faro | Funchal





28.73%

Common equity tier 1



+1000

Clientes

Crescimento
dos ativos sob
acompanhamento

> +22%

> Nova marca
*Golden Wealth
Management*

> Novo propósito: aliar a expertise na
gestão e a paixão em fazer diferente
para ter um impacto positivo na
vida das pessoas

> Nova assinatura:
comprometidos consigo

**Net Promoter
Score Golden**
(índice de satisfação
dos nossos clientes)

=54



Aquisição de 14,5%
do Capital pela
Golden Actives



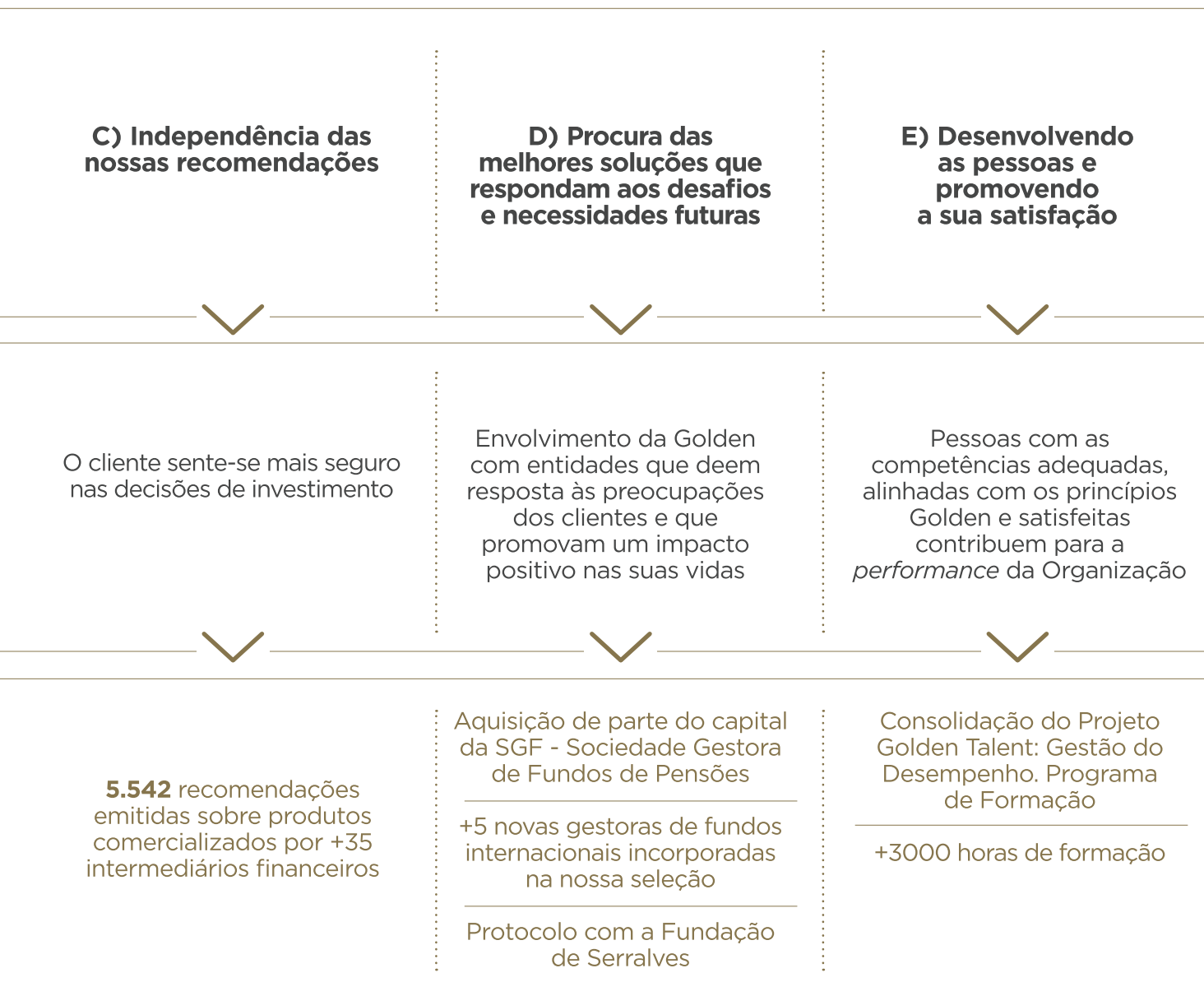
Membro fundador
da fundação

3. MODELO DE NEGÓCIO

3.1 ESTRATÉGIA



COMPROMETIDOS COM OS NOSSOS CLIENTES



3.2 INDICADORES

A) RENTABILIDADES CONSISTENTES

A abrangência da nossa filosofia de investimento é transversal a todos os nossos serviços. São as políticas de investimento que, decididas em comité, orientam as soluções que apresentamos aos nossos clientes, no serviço de gestão e advising.

Semanalmente, reunimos uma equipa específica para análise dos mercados, numa avaliação macroeconómica, dos indicadores de mercado e na identificação e análise de eventos que possam impactar as carteiras dos nossos clientes. É nesse comité semanal que tomamos as decisões em termos de alocação por classes de ativos, a identificação dos instrumentos e os montantes de alocação em função da carteira de cada um dos nossos clientes.

EQUIPA DO COMITÉ DE *Investimentos Golden*



Luís Mateus
Head of Fixed Income



Vasco Freitas
Head of Equity



Sérgio Silva
Administrador
Chief Investment Officer



João Correia de Matos
Administrador
Chief Legal Officer



Filipe Garcia
Commodities
& Forex - IMF



Vasilya Mustafina
Fund Strategy
Analyst



Comité de *Investimentos* GOLDEN



Daniel Bastos
Brokerage



Vítor Pires
Asset Management



Nuno Basílio
Advising Services



João Tavares
FOCO



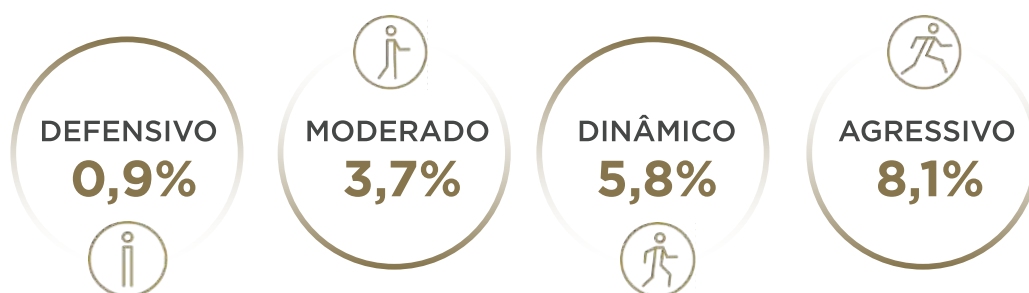
Sérgio Ruivinho
Head of Clients



Durante o ano de 2017, realizamos um total de 53 comités, com a produção de relatórios informativos e de orientação dos investimentos para os nossos clientes.

Foram analisados 100 000 fundos durante o ano de 2017. Mensalmente, avaliámos +250 produtos estruturados, permitindo deter um conhecimento aprofundado sobre cada investimento efetuado pelos nossos clientes, para melhor os aconselhar.

2017 foi um ano onde a alocação Golden produziu bons resultados para os nossos clientes. **As rentabilidades líquidas obtidas, em função do perfil de investidor foram:**



Sendo a nossa filosofia de investimento o longo prazo e a promoção de rentabilidades consistentes e alinhadas com o perfil dos clientes, quando comparadas as rentabilidades dos últimos 3 anos (2017, 2016 e 2015) chegamos a excelentes resultados

Perfil MODERADO		Perfil DINÂMICO		Perfil AGRESSIVO	
GOLDEN	7.36%	GOLDEN	12.49%	GOLDEN	19.02%
Instituição A	2.99%	Instituição A	5.18%	Instituição A	9.41%
Instituição B	5.31%	Instituição B	8.22%	Instituição B	14.52%
Instituição C	3.12%	Instituição C	6.55%	Instituição C	10.58%
Instituição D	1.82%	Instituição D	7.60%	Instituição D	16.57%
Instituição E	6.55%	Instituição E	11.98%		
Instituição F	5.47%	Instituição F	8.21%		

Disclaimer

As rentabilidades apresentadas dizem respeito a veículos (fundos) de conhecimento público das respetivas Instituições Financeiras, cujas política e filosofia de investimento são similares às da Golden, para efeitos de comparação.

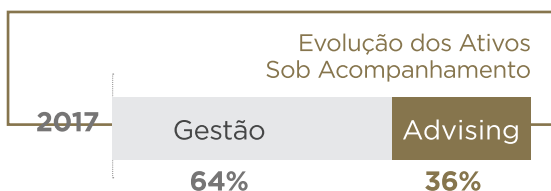
B) RELAÇÕES PRÓXIMAS COM OS CLIENTES

O alinhamento da nossa equipa e os bons resultados da nossa gestão, permitiram um bom ano de captação de novo negócio. Estes factores, contribuíram para o crescimento do n.º de clientes que, cada vez mais sensíveis à necessidade de independência, nos deram o privilégio do acompanhamento dos seus investimentos.

Crescimento de 16% nos ativos sob gestão

Em 2017 o valor total de ativos sob acompanhamento da Golden Assets atingiu os mil e cem milhões de euros (1,1B€).

O ritmo de crescimento foi mais forte no serviço de Gestão, representando, actualmente, 64% do total de ativos sob acompanhamento.



Resultados do Inquérito de Satisfação de clientes

Durante o ano de 2017, demos continuidade à avaliação do grau de satisfação dos nossos clientes, através da realização de inquéritos e reuniões individuais, no sentido não só de aferir o seu grau de satisfação, mas como fonte de feedback impulsionadora de mudanças.

Foi com agrado que verificámos um aumento no nível de satisfação dos nossos clientes, medido pelo NPS (Net Promoter Score), e que, mais uma vez, foi transversal em todos os serviços prestados.

Obtivemos um NPS de 54, valor bastante satisfatório na comparação com outras instituições do setor financeiro.

C) INDEPENDÊNCIA DAS NOSSAS RECOMENDAÇÕES

O tema da independência assume, nos dias de hoje, uma posição de elevada importância. Sempre defendemos que queremos garantir que o próximo passo dado pelos clientes, poderá não ser o melhor para todos mas será, definitivamente, o melhor para ele.

Durante o ano de 2017 emitimos 5.542 recomendações (compra, venda, subscrição e resgate) sobre produtos comercializados em mais de 35 instituições financeiras.

Acrescentámos à nossa lista de gestoras internacionais de fundo mais 5 entidades, alargando assim a oferta de soluções.

O ano passado evidenciávamos a nossa independência ao divulgar que não seria recebida por parte da Golden alguma contrapartida financeira decorrente das recomendações em produtos de outras instituições.

A entrada em vigor, no início de 2018, da nova regulamentação MIFID II, vem impor aos intermediários financeiros esse cuidado, numa medida de proteção dos interesses dos clientes que a Golden já defendia e aplicava.

D) PROCURA DAS MELHORES SOLUÇÕES QUE RESPONDAM AOS DESAFIOS E NECESSIDADES FUTURAS

Através do envolvimento da Golden Wealth Management com entidades que respondam às preocupações dos clientes e que promovam um impacto positivo nas suas vidas.

Membros Fundadores da Fundação de Serralves

Como tal, assinamos um protocolo com a Fundação de Serralves, passando a integrar o grupo de membros fundadores da instituição.

A Golden Wealth Management pretende participar na atividade da Fundação Serralves e contribuir para a continuidade de um projeto ambicioso, cuja ação é reconhecida nacional e internacionalmente no domínio das artes e da paisagem e que tem desempenhado um importante papel na vida cultural do País, com forte relevância socioeconómica.

No âmbito deste protocolo, a Golden Wealth Management pretende, em 2018, desenvolver um conjunto de iniciativas em parceria com a Fundação de Serralves, promovendo, assim, a sua atividade e os seus diferentes espaços.

Aquisição de 14,5% do Capital da SFG - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.

Dando continuidade ao compromisso com o projeto da SGF, o grupo GOLDEN decidiu adquirir 14,5% do capital desta destacada sociedade gestora de fundos de pensões, reconhecendo a importância crescente dos fundos de pensões nas preocupações evidenciadas pelos seus clientes.

E) DESENVOLVENDO AS PESSOAS E PROMOVEDO A SUA SATISFAÇÃO

2017 foi o ano da consolidação do projeto Golden Talent:

- Modelo de Gestão de Desempenho: em que avaliámos os objetivos que havíamos definido para 2016 e as competências de cada colaborador;
- Planos de Desenvolvimento Individuais para todos os colaboradores
- Programa de Formação Golden Talent, que incluiu um Plano de Formação e Bolsa de Formação para candidaturas a projetos de formação / certificação na área técnica / financeira.
- Programa de Acolhimento e Integração da Golden: 15 novos colaboradores
- Programa Golden Leadership, em parceria, com a AESE Business School
- Golden Talent Academy tendo acolhido 6 Estágios de Verão.

2017 EM NÚMEROS (DADOS GERAIS)

 **74 colaboradores**
a 31 dez 2017

 **38%** mulheres
62% homens

 **55%** com Funções em Contacto com Cliente e **45%** de Funções de Suporte ao Negócio


 **15 novos colaboradores**
em 2017

 **6 estagiários**
de Verão

FORMAÇÃO

 **3100**
horas de Formação

 **97% dos colaboradores**
participaram em ações de formação

 **15** Bolsas de Formação

 **22 participantes**
no Golden Leadership



3.3 ENVOLVENTE MACROECONÓMICA



“

O ANO AGORA TERMINADO FOI PARTICULARMENTE BENIGNO PARA A GENERALIDADE DOS INVESTIDORES, SURPREENDENDO (PELA POSITIVA) MUITOS GESTORES E ANALISTAS QUE, NO SEU INÍCIO, PREVIAVAM QUE 2017 SERIA UM ANO TUMULTUOSO E DIFÍCIL.

ESSA NUNCA FOI A VISÃO DA GOLDEN, CUJO COMITÉ, NÃO IGNORANDO AS SITUAÇÕES DE RISCO, SEMPRE MANTEVE UMA VISÃO CAUTELOSAMENTE OTIMISTA PARA A EVOLUÇÃO GERAL DOS MERCADOS FINANCEIROS.

”

Sérgio Silva
Administrador
Chief Investment Officer

MACROECONOMIA

O ano agora terminado foi particularmente benigno para a generalidade dos investidores, surpreendendo (pela positiva) muitos gestores e analistas que, no seu início, previam que 2017 seria um ano tumultuoso e difícil. Essa nunca foi a visão da Golden, cujo Comité, não ignorando as situações de risco, sempre manteve uma visão cautelosamente otimista para a evolução geral dos mercados financeiros. Para o bom desempenho agregado dos mercados no computo do ano contribuíram múltiplos fatores económicos, políticos e financeiros. Relativamente aos fatores económicos, a atividade global registou a melhor performance desde inícios da década com destaque para as economias da Zona Euro, com os principais indicadores de atividade e confiança em níveis que sustentam um ritmo de crescimento muito positivo. A Zona Euro continuou assim a recuperar o atraso (que foi gerado pela crise das dívidas soberanas), no ciclo económico

em curso face aos EUA. Em termos políticos, assistiu-se a uma transposição com sucesso de um ciclo eleitoral intenso na Europa e, apesar de todas as controvérsias, a um não desgoverno da administração Trump nos EUA. Já do ponto de vista dos fatores financeiros, os principais bancos centrais mundiais continuaram num processo gradual de redução dos estímulos monetários à escala global, mas conseguindo manter um ténue equilíbrio entre o controle da inflação e a promoção / não penalização do ritmo de crescimento da atividade económica.

Na Europa, dos vários principais atos eleitorais (Holanda, França e Alemanha), emergiram resultados positivos, com o eleitorado (já colhendo os benefícios do incremento da atividade económica, com uma descida do desemprego e recuperação dos salários) a adotar, claramente uma postura menos crítica relativamente aos partidos do sistema e ao status quo. Note-

se que o desemprego apresentou ao longo de todo o ano uma tendência de queda sustentada e fixar-se-ia em dezembro, na Zona Euro, nos 8.8%, o nível mais reduzido desde janeiro de 2009, beneficiando de um crescimento do PIB em termos reais em torno dos 2.5%. Mas, nem tudo foram boas notícias no continente europeu: a economia do Reino Unido, embora não colapsando, continuou assombrada pelos receios em torno do processo de saída da União Europeia pois, apesar de alguns avanços nas negociações, mantém-se uma grande indefinição sobre as condições em que se processará a saída no fim de março de 2019; e na Catalunha, foi vivido um outono muito turbulento devido à pressão política das forças pró-independência, o que afetou negativamente o clima de negócios na região e, conseqüentemente, afetou negativamente a performance da economia espanhola como um todo. Embora esta situação tenha, entretanto, acalmado, a situação está longe de concluída e encerrada e persistem muitas dúvidas sobre qual será a solução para o governo da Generalitat.

Nos Estados Unidos o primeiro ano da Administração Trump ficou marcado, tal como já referido, por polémicas sucessivas, mas sem beliscar o desempenho da economia que terminou o ano com um panorama global positivo e com empresários e consumidores a apresentar índices de confiança máximos deste (longo) ciclo económico e com as bolsas a registar máximos históricos sucessivos. O ano terminou com uma grande vitória política para Trump: a aprovação no Congresso e no Senado da muito prometida reforma fiscal (o Tax Cuts and Jobs Act of 2017), que proporcionará, no imediato, a mais importante descida de impostos dos últimos 30 anos.

Por fim, uma nota para a Ásia, onde no Japão a economia interna se mantém entorpecida e pouco vibrante (o consumo permanece incipiente e a inflação continua a ser ilusória), mas logrando acumular o mais longo período de crescimento em cerca de duas décadas beneficiando de um dinamismo forte da componente exportadora enquanto, na China, realizou-se o 19º congresso do Partido Comunista Chinês que veio reforçar a ambição das

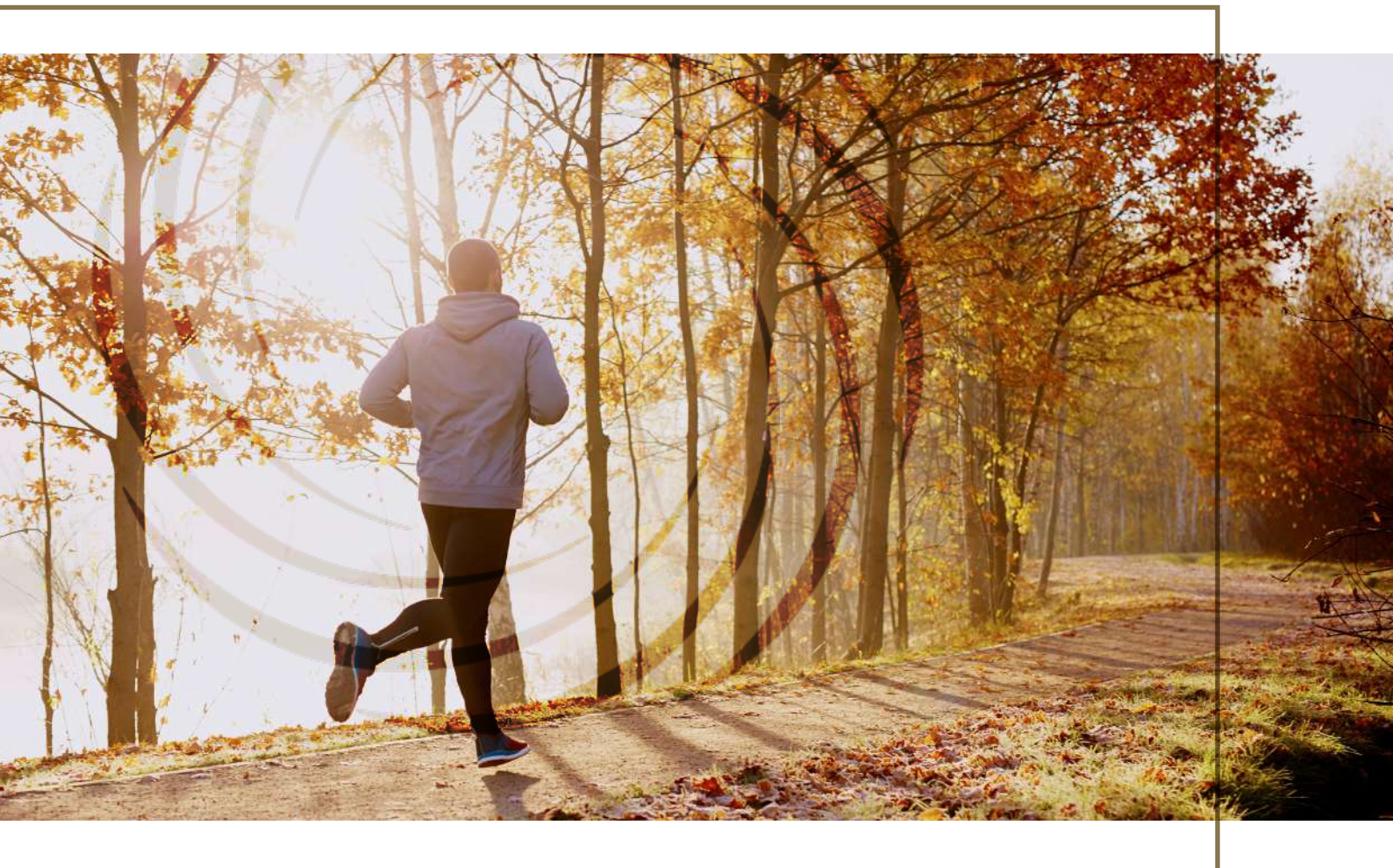
autoridades de Pequim de transformar o país de potencia regional numa verdadeira potencia global, que poderá ombrear com os EUA.

No que diz respeito a política monetária, assistimos a uma gradual continuação da rotação do posicionamento dos principais bancos centrais em direção a taxas de juro mais elevadas e o fim / redução dos programas não convencionais de estímulo monetário (quantitative easing). Neste enquadramento, o comité de política monetária do BCE manteve, ao longo do ano, uma retórica muito complacente, com Mário Draghi a defender reiteradamente que os juros se “irão manter nos níveis atuais por um período de tempo extenso” na zona euro. Entretanto, o programa de compras mensais de ativos de dívida pelo BCE foi estendido até setembro de 2018, embora a um ritmo mensal substancialmente inferior ao de 2017, mas podendo ultrapassar esse horizonte temporal “se necessário”. Já nos EUA, a Reserva Federal reuniu em dezembro e, como era esperado (e pela 3ª vez no ano), anunciou a subida da sua taxa diretora em 25 pontos básicos, para um intervalo entre 1.25% e 1.50%. Já o Banco Central do Japão (BoJ) manteve, ao longo de todo o ano de 2017, uma política monetária ultra expansionista e sem limitações (de montantes ou tempo). Contudo, as atas da última reunião do BoJ de dezembro já revelam que alguns membros do comité de política monetária começam a mostrar um maior otimismo para o desempenho futuro da economia nipónica e uma maior disponibilidade para lançar o debate sobre um eventual aumento dos juros ou a redução das compras de ativos em resposta à melhoria do cenário macro (particularmente um eventual fim nas operações de compra de Exchange Traded Funds - ETFs de ações).

Em 2017, a economia portuguesa continuou a colher os benefícios de um enquadramento externo favorável, nomeadamente do atual ciclo de expansão económica experienciado pela generalidade dos países da zona euro, bloco onde se encontram os nossos principais parceiros comerciais. As condições monetárias e financeiras, promovidas pelo Banco Central Europeu, também favoreceram uma expansão pronunciada

da atividade económica doméstica que também beneficiou do processo de gradual reposição do poder de compra às famílias após o forte aperto fiscal de 2014-2015. A economia nacional continua também a registar um forte e crescente excedente na sua balança de serviços, fruto do grande dinamismo do setor do turismo. O ano foi ainda marcado por um continuar da consolidação das finanças públicas, que beneficiaram de uma maior arrecadação de impostos decorrente da recuperação da atividade económica a par do recurso a medidas extraordinárias de consolidação, o que tudo indica permitirá que o défice orçamental (que ainda não foi divulgado) deva ter atingido um novo valor mínimo em democracia e, com elevada probabilidade, abaixo dos 1.4%, a meta definida com Bruxelas. Em 2017 o PIB português deverá ter avançado 2.6% ultrapassando largamente os 1.8% previstos pelo Banco de Portugal há cerca de um ano, confirmando que a economia nacional se encontra na sua melhor fase de crescimento de cerca de uma

década. As projeções do Banco de Portugal para a economia nacional para 2018 e 2019 são agora também bem mais ambiciosas do que eram apresentadas há um ano atrás, com os valores a serem agora de 2.3% e 1.9%, contra 1.7% e 1.6% respetivamente, pelo que já durante o presente ano o PIB português deverá regressar ao nível que ostentava em 2008, antes da crise financeira internacional, antecipando o prazo de recuperação em mais de 1 ano. Note-se ainda que as taxas de crescimento projetadas para a economia nacional nos próximos anos são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e próximo da média da área do euro, o que a materializar-se significará uma convergência real per capita (num contexto de redução da nossa população), embora ligeira, da economia portuguesa face à média europeia. Esta recuperação, embora bem-vinda, será insuficiente para compensar a divergência acumulada nos últimos 5 anos.



Projeções do Banco de Portugal: 2017-2020 | taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2016	Projeção Dezembro 2017					BE Outubro 2017	BE Junho 2017		
		2016	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2020 ^(p)	2017 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)
Produto interno bruto	100	1,5	2,6	2,3	1,9	1,7	2,5	2,5	2,0	1,8
Consumo privado	66	2,1	2,2	2,1	1,8	1,7	1,9	2,3	1,7	1,7
Consumo público	18	0,6	0,1	0,6	0,4	0,2	0,3	0,4	0,6	0,3
Formação bruta de capital fixo	15	1,6	8,3	6,1	5,9	5,4	8,0	8,8	5,3	5,5
Procura interna	99	1,6	2,7	2,5	2,2	2,1	2,5	2,6	2,2	2,1
Exportações	40	4,1	7,7	6,5	5,0	4,1	7,1	9,6	6,8	4,8
Importações	39	4,1	7,5	6,7	5,5	4,8	6,9	9,5	6,9	5,2
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.)^(a)										
Procura interna		0,7	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8	0,8
Exportações		0,9	1,5	1,2	0,9	0,7	1,5	1,8	1,2	0,9
Emprego^(b)										
Taxa de desemprego (em% da população ativa)		1,6	3,1	1,6	1,3	0,9	3,1	2,4	1,3	1,3
		11,1	8,9	7,8	6,7	6,1	9,0	9,4	8,2	7,0
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,7	1,5	2,3	2,2	2,2	1,8	1,8	2,4	2,4
Balança de bens e serviços (% PIB)		2,2	1,8	1,6	1,6	1,5	1,7	1,7	2,2	2,0
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,6	1,6	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6	1,4	1,5

Fonte: Banco de Portugal, "Boletim Económico - Dezembro de 2017"

Assim, cerca de uma década passada desde o início de uma das maiores crises financeiras da história moderna, os níveis de confiança de empresários e consumidores dos principais blocos económicos mundiais avançam agora de forma vigorosa e sincronizada. Globalmente as perspetivas económicas para os próximos trimestres são claramente muito positivas, com instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) a estimar que o crescimento económico real global permanecerá forte, próximo dos 4%/ano em 2018 e 2019. Não podemos, contudo, ignorar as muitas "nuvens" que pairam no horizonte: os riscos geopolíticos (Coreia

do Norte, Médio Oriente, etc.); os riscos políticos que persistem na Europa (eleições gerais na Itália já no 1º trimestre do ano e todas as incertezas associadas ao Brexit e à Catalunha) e nos EUA (qual a direção futura da Administração Trump); os elevados níveis de endividamento do sistema de shadow banking na China; ou, num aspeto particularmente relevante para Portugal, qual o impacto da espetável redução do estímulo monetário, pelo Banco Central Europeu num contexto de persistência do excessivo endividamento do Estado, das empresas e das famílias.

MERCADOS FINANCEIROS

Como já foi referido, o ano agora terminado foi particularmente benigno para a generalidade dos investidores, contrariando muitas das previsões mais catastrofistas, que no início de 2017 previam que a zona euro viveria tempos difíceis, ao longo do ano correndo mesmo o risco do desagregamento (na sequência do Brexit) e que nos EUA, a Presidência Trump e a sua retórica anti emigração e anti livre comércio externo, provocaria graves danos na atividade económica e ondas de choque nos mercados. Essa nunca foi a visão da Golden, cujo Comité de investimentos manteve uma atitude serena e otimista, o que permitiu proporcionar aos nossos investidores rentabilidades interessantes: +3.7% no perfil Moderado (com um peso de referência de 20% em ações), +5.8% no perfil Dinâmico (com um peso de referência de 37.5% em ações) e +8.1% no perfil Agressivo (com um peso de referência de 65% em ações).

Note-se que todas estas rentabilidades são já líquidas de todos os custos e comissões, nomeadamente das comissões de gestão. Estes ganhos foram possíveis por mérito das opções de posicionamento adotadas nas diferentes classes de ativos, bem como pela execução de diversos trades táticos, que nos permitiram uma otimização da apropriação do desempenho das diversas classes de ativos ao longo do ano.

O ano de 2017 foi marcado por uma extraordinária “ausência” de volatilidade nos mercados financeiros (acionistas, obrigacionistas e cambiais), com os investidores a revelar uma extraordinária resiliência (ou complacência?) a todos os eventos negativos com que foram confrontados ao longo dos meses. Assim, no seu cômputo global, o ano de 2017 acabou por se traduzir num desempenho positivo e quase imperturbável dos mercados acionistas globais.

Contudo, tal como ocorrera em 2016 verificaram-se pronunciadas divergências de performance quer ao nível geográfico

quer ao nível setorial. Enquanto os índices americanos e emergentes avançaram de forma sistemática e forte com o S&P 500 a acumular mais de 18% de ganhos e sem registar nenhum mês de variação negativa ao longo do ano, os mercados europeus sofreram muito maiores contrariedades e acabaram o ano com ganhos bem mais modestos. Nota ainda para o facto de nos mercados acionistas americanos ter sido registado um número recorde de dias em novos máximos históricos dos principais índices. A pior performance dos mercados acionistas europeus não deve ser dissociada do facto do ano ter sido também caracterizado por uma violenta depreciação do dólar norte-americano (USD), face à generalidade das principais divisas mundiais e particularmente contra o Euro.

| Performance 2017 dos ETF's |

OBRIGAÇÕES	Euro Treasury	-0.02%
	Euro Corportate	2.20%
	Euro HY	4.81%
	Euro Local	0.46%
AÇÕES	MSCI World*	16.85%
	MSCI EM	21.41%
	S&P 500*	19.04%
	Euro Stoxx600	10.68%
	MSCI Japan*	18.75%
COMMODITIES	Commodities CRB	-12.39%
ALTERNATIVOS	Hedge Funds	2.49%

*Performance Total Return dos ETF's dos respetivos índices em Euros (*ETF's Euro Hedged)*

O segmento obrigacionista viveu um ano bem mais amargo, particularmente desde o final do verão, com as taxas de juro na zona intermédia e longa das curvas de rendimento europeia e, principalmente, americana a subir, reagindo às melhores condições económicas, com um crescente número de agentes de mercado a acreditar que o ciclo de quase três décadas de

descida sistemática dos níveis de inflação e das taxas de juro nominais, encontrou finalmente o seu fim.

Mesmo com este repricing das curvas, as perdas foram, apesar de tudo, limitadas, mas as expectativas para 2018 são claramente desafiantes. Em 2018, o Banco Central Europeu deverá gradualmente dar os primeiros passos em direção à normalização da sua política monetária, reduzindo numa primeira fase e, provavelmente em setembro, pondo termo definitivamente ao seu programa mensal de compras de ativos financeiros (quantitative easing) e a FED deverá continuar a subir gradualmente as taxas diretas (provavelmente realizando mais 3 subidas de 25 pontos base ao longo do ano). Para além destes fatores, o mercado registou retornos positivos, mas, na reta final do ano, começou a mostrar-se algo receoso sobre a capacidade creditícia de alguns emitentes de pior qualidade, particularmente as entidades que nos últimos anos, usufruindo das taxas de juro extremamente baixas, enveredaram por políticas agressivas de alavancagem do seu balanço (financiando-se para promover planos de recompra de ações próprias e políticas de expansão por aquisições).

Nos Mercados Emergentes, poucas seriam as casas de investimento que acreditariam que esta classe apresentaria retornos tão fortes num contexto de estabilização (em USD) e correção (em Euros) dos preços das matérias-primas. O ETF de Mercados Emergentes encerrou o ano com um retorno positivo superior a 20%, dando visibilidade ao facto de, nos últimos anos, os mercados acionistas emergentes terem sofrido

uma profunda transformação qualitativa, sendo agora muito mais diversificados setorialmente e constando nos seus índices grandes empresas com presença e reconhecimento global.

Para 2018, na componente obrigacionista antecipámos o continuar da tendência para a subida das taxas de juro pelo que continuaremos a privilegiar um posicionamento mais defensivo com a manutenção das apostas em fundos com política de investimento mais dinâmica e adaptável a condições de mercado adversas e promovendo baixos níveis de exposição ao risco de taxa de juro (baixas durations). Na classe de ações, apesar da existência de múltiplos riscos (antecipáveis e imponderáveis), acreditamos que as perspetivas para 2018 são positivas: o crescimento económico global sincronizado a que temos assistido dará suporte à continuidade da tendência dos últimos trimestres de aumentos fortes das vendas e resultados das empresas; continuaremos a assistir a uma normalização das políticas monetárias dos bancos centrais mas, globalmente, a liquidez permanecerá abundante; e deveremos ter um forte impulso positivo do lado da política orçamental e fiscal nos EUA (redução de impostos e investimento em infraestruturas) e na Europa (gradual afastamento das políticas de austeridade). Contudo, já estamos numa fase avançada do movimento de subida dos mercados acionistas, situação que irá certamente trazer desafios adicionais e crescente volatilidade para as bolsas, o que exigirá uma monitorização constante e atenta das carteiras de gestão dos nossos clientes.

4. GOVERNANCE



“

OS PRINCÍPIOS E A ESTRUTURA DE GOVERNANCE IRÃO SER CADA VEZ MAIS ESCRUTINADOS PELOS CLIENTES COMO FATOR DE RELEVO NA SELEÇÃO DOS MELHORES PRESTADORES DE SERVIÇOS.

FALAR DE GOVERNANCE É FALAR DE UMA ATIVIDADE DE PERMANENTE VERIFICAÇÃO DA BOA E ADEQUADA APLICAÇÃO DESSES PRINCÍPIOS E ESTRUTURA A TODA A ORGANIZAÇÃO E A QUEM NELA COLABORA.

”

João Correia de Matos

Administrador
Chief Legal Officer

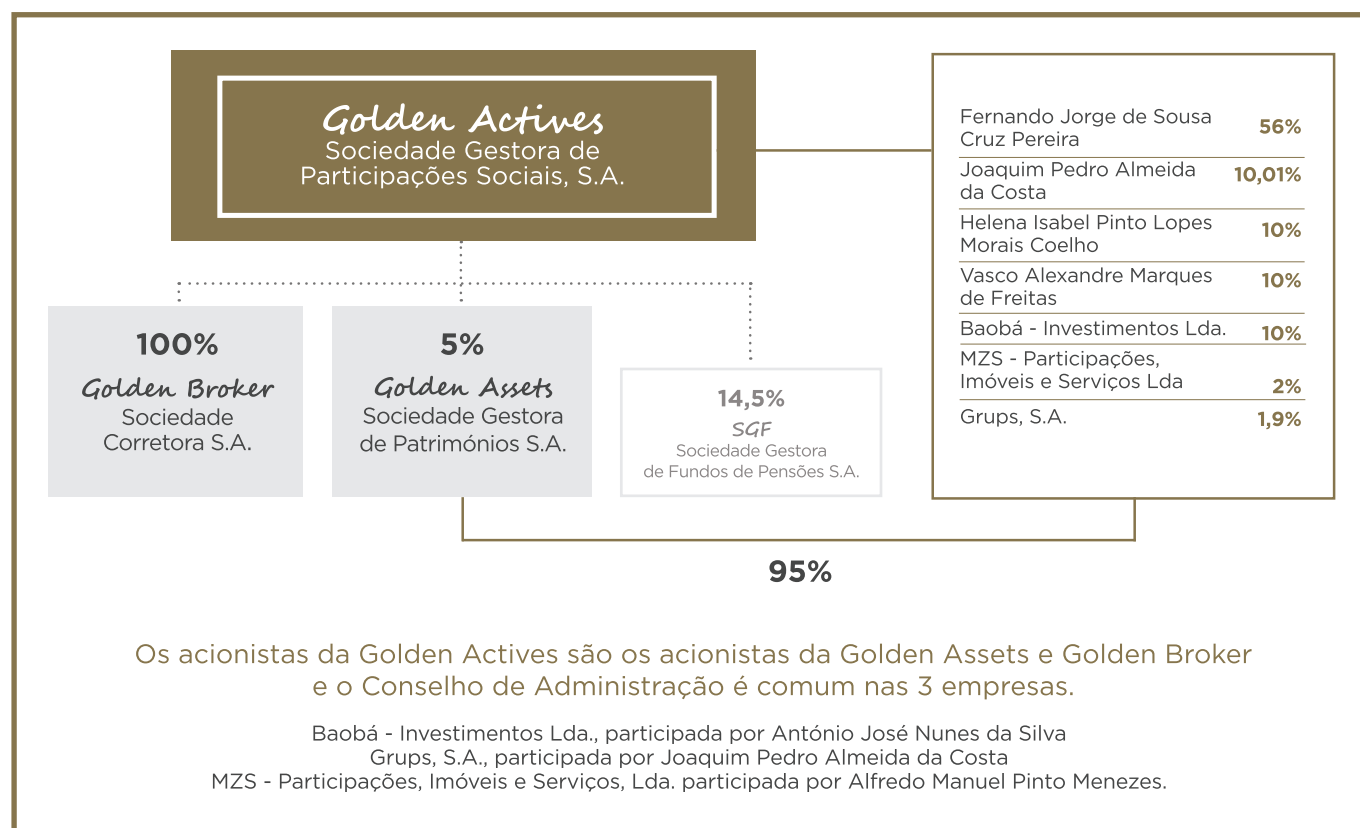
No âmbito do Governance (governo das sociedades), o ano de 2017 manteve a aplicação dos princípios e estrutura anteriormente implementados, procurando assegurar um relacionamento seguro, rigoroso e transparente com os clientes, em especial, e com todos aqueles que, em geral, contribuem para a atividade da sociedade, em simultâneo com o cumprimento dos deveres legais e regulamentares aplicáveis. A descrição do Governance, a seguir realizada, procura salientar as principais características da forma como a Golden está organizada e como se processa o

funcionamento dos seus principais órgãos societários, para que se possa avaliar o grau de independência e de adequabilidade de quem tem o dever de gerir a empresa, bem como o nível de exigência e formalismo no processo das tomadas de decisões sobre o investimento/desinvestimento. Ao mesmo tempo, esta descrição procura também evidenciar o cuidado em assegurar que as atividades da empresa se sujeitam ao escrutínio do Compliance e ao cumprimento dos deveres sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

1. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO ACIONISTA, DIREITO DE VOTO, TRANSMISSÃO DE AÇÕES E REGULAÇÃO

No setor financeiro, o grupo Golden é composto por três empresas: Golden Actives – SGPS, S.A. (“Golden Actives”), Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”) e Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”). A Golden Actives detém 100% do capital social da Golden Broker e 5% do capital social da Golden Assets, sendo que os restantes 95% do capital social desta última são detidos diretamente pelos acionistas da Golden Actives.

No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:



Os acionistas da Golden Active são os acionistas de Golden Assets e Golden Broker e o Conselho de Administração é comum nas 3 empresas.

No âmbito da composição acionista de referir que, reportado a setembro de 2017 e no seguimento da não oposição pelo Banco de Portugal, o anterior acionista Alfredo Manuel Pinto Menezes alienou a totalidade das suas participações na Golden Active - SGPS, S.A. e na Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., à sociedade MZS - Participações, Imóveis e Serviços, Lda, da qual é o único beneficiário efetivo.

Enquanto a Golden Active funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Assets, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, e pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros. Quer a Golden Assets, quer a Golden Active, cada uma tem o capital social no valor de 500.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações nominativas tituladas ou escriturais, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação. A Golden Broker tem o capital social no valor de 350.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 70.000 ações nominativas escriturais ou tituladas, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Assets, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu

nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e Golden Actives, a cada mil euros é atribuído um voto.

Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessara, se e quando, a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações. Para efeitos do regime legal aplicável, a Golden Assets e a Golden Broker são consideradas sociedades financeiras e empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”). A Golden Actives está igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

De acordo com a lei, a Golden Assets e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.

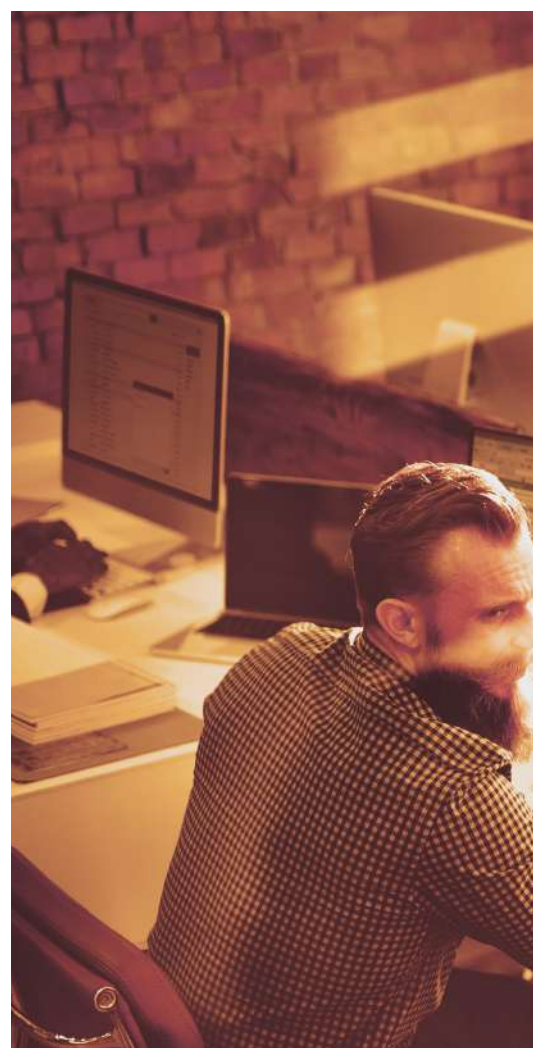
2. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES/COMITÉS

A Golden Actives, a Golden Assets e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo. Durante o mandato em curso, a única alteração foi do Fiscal Único eleito para substituição do anterior, e que iniciou a sua atividade em abril de 2017

2.1 ASSEMBLEIA GERAL

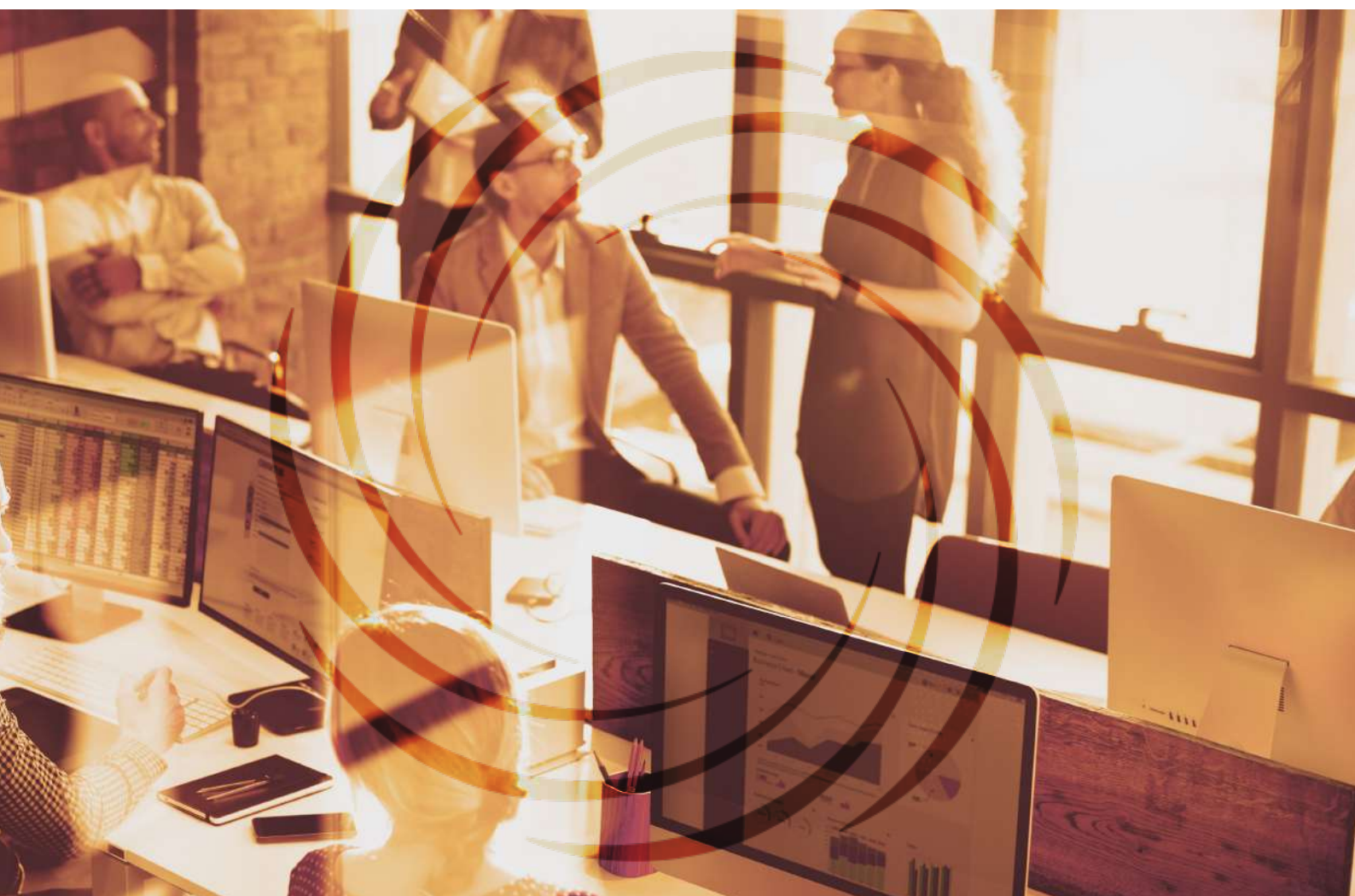
As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Assets está estatutariamente previsto que a dissolução da sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na Golden Actives não existe este limite estatutário).

Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas).



2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Assets e da Golden Actives, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.



Os membros do Conselho de Administração (Presidente e dois vogais, idênticos para as três sociedades), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:



Chief Executive Officer
Presidente do Conselho
de Administração:
António Nunes da Silva

Formações executivas:

Harvard Business School, Insead, AESE
Licenciatura em Economia, FEP

Desde 2015

Presidente do Conselho de Administração das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

Desde 2017

Administrador não-executivo da SGF- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

2004-2013 Barclays Bank

2013 Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibérica

2012 Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal) Membro da Comissão Executiva Ibérica.

2010-2012 Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2004-2010 Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2001-2004 Banco Comercial Português

Diretor

1991-2001 Banco Pinto & Sottomayor

1995-2001 Diretor Comercial e Diretor Regional

1991-1995 Diretor de Agência



Doutoramento em Gestão, ISEG
Mestrado em economia Monetária e Financeira, ISEG
Licenciatura em economia, UP



Chief Investment Officer
Administrador:
Sérgio Silva

Desde 2000

Chief Investment Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

Desde 2007

Professor Auxiliar Convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), onde leciona a disciplina de “Produtos e Mercados de Dívida” do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina “Derivados de Taxa de Juro” do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

2006

Bolseiro FCT

2000-2006

Professor Auxiliar Convidado, na Universidade Portucalense - Infante D. Henrique (Departamento de Economia),

nas disciplinas de “Mercados Financeiros” (desde 1997), “Econometria” (desde 1999); “Instrumentos Financeiros Derivados” e “Finanças Internacionais” (desde 2004).

2001-2006

Professor Adjunto convidado no Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), na disciplina de “Mercados Financeiros” da licenciatura de gestão, e do módulo “Avaliação de Instrumentos Financeiros” da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças.

1999-2003

Formador do IMC - Instituto do Mercado de Capitais.



Chief Legal Officer
Administrador:
João Correia de Matos

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Porto

Desde 2013

Chief Legal Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2012-2013

Administrador no Conselho de Administração da PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.

2005-2013

Administrador no Conselho de Administração da InovCapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.

2003-2005

Vogal da Direção da Opex - Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A.

1998-2002

Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.: Auditor e depois Vice-Presidente da European Central Securities Depositories Association (2000 a 2002)

1995-1998

Vogal do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

1988-1995

Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações da Bolsa de Valores do Porto (BVP)

2.3. FISCAL ÚNICO

Quanto ao órgão de fiscalização, para as três sociedades, o modelo adotado é de Fiscal Único. A eleição e substituição do Fiscal Único compete à Assembleia Geral, igualmente de acordo com as regras gerais do Código das Sociedades Comerciais, com observância do RGICSF e aprovação prévia pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros, efetivo e suplente, que integram o Fiscal Único.

O Fiscal Único é a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Nuno Miguel Barros Martins Damas, como Fiscal Único Efetivo e de Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha como Fiscal Único Suplente.

2.4. COMISSÕES/COMITÉS

As Comissões/Comités existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

2.4.1 COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

Na Golden Assets e na Golden Broker, existe a Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações (“CSAR”), a qual faz parte do documento “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais” aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais em março de 2015. Os membros dos órgãos sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Fiscal Único, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. Atualmente, a CSAR é composta por 3 acionistas, e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este



documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa. A primeira intervenção da CSAR ocorreu com a eleição da PKF para Fiscal Único.

A CSAR tem as seguintes competências:

- a)** Proceder à seleção e avaliação previstas na “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”;
- b)** Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
- c)** Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;

d) Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

2.4.2. COMITÉ DE RISCOS GLOBAIS

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Riscos Globais, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Investimentos, num total de 12 elementos, é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração, integrando ainda os dois Administradores executivos, e oito responsáveis das várias áreas das empresas (Diretor Coordenador Comercial, Responsável AGF, Responsável AGC, Responsável AM, Responsável Golden Broker, Responsável Compliance, Responsável Finanças e Controlo, Responsável Operações, e Responsável IT). O Comité de Riscos Globais foi constituído em finais de 2017, tendo havido uma reunião, da qual é elaborada e assinada ata.

O Comité de Riscos Globais tem as seguintes competências:

a) Aconselhar o CA sobre a apetência para o risco e a estratégia de risco e políticas relativas à assunção, gestão e, controlo, cobertura e fatores de redução de risco, genéricas atuais e futuras do Grupo Golden.

b) Estudar e recomendar ao CA, para sua aprovação, a Apetência Global pelo Risco do Grupo e a nível individual a Apetência pelo Risco da Golden Assets e a Apetência pelo Risco da Golden Broker;

c) Rever, periodicamente, o perfil de risco do grupo, da Golden Asset e da Golden Broker, assegurando que os perfis se enquadram respetivamente, no Appetite Global de Risco do Grupo e o no respetivo Appetite de Risco individual;

d) Monitorizar e avaliar os riscos principais identificados pelo CA;

e) Monitorizar e avaliar os processos de Auditoria Interna e de Compliance;

f) Assegurar que a supervisão de risco cumpre com as normas legais e regulatórias aplicáveis, bem como as melhores práticas nacionais e internacionais existentes.

2.4.3 COMITÉ DE INVESTIMENTOS

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO - *Chief Investment Officer*) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Compliance (CLO - *Chief Legal Officer*) e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes, e com o objetivo de dotar o Comité com a melhor informação disponível, o Comité de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comité de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2017, o Comité de Investimentos realizou 53 reuniões.

O Comité de Investimentos tem as seguintes competências:

a) Analisar e discutir os dados macro económicos;

b) Analisar e discutir a evolução dos mercados;

c) Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respetivos benchmarks;

d) Validação da materialização do asset allocation nas carteiras-tipo por perfil de risco;

e) Comparação do asset allocation com um grupo alargado de empresas de investimento de referência, nacionais e internacionais;

- f) Apreciar e decidir novas ideias de investimento;
- g) Acompanhar as ideias de investimento em curso;
- h) Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
- i) Analisar as rentabilidades mensais das carteiras-tipo por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- j) Analisar as rentabilidades mensais das estratégias de investimento sob gestão, por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- l) Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
- m) Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração.

2.4.4 COMITÉ DE CLIENTE

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Cliente, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Cliente é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração e é composto por mais 4 membros, todos responsáveis de áreas da empresa. O Comité de Investimentos reúne ordinariamente com periodicidade mensal, sendo elaboradas e assinadas atas das reuniões.

O Comité de Cliente tem as seguintes competências:

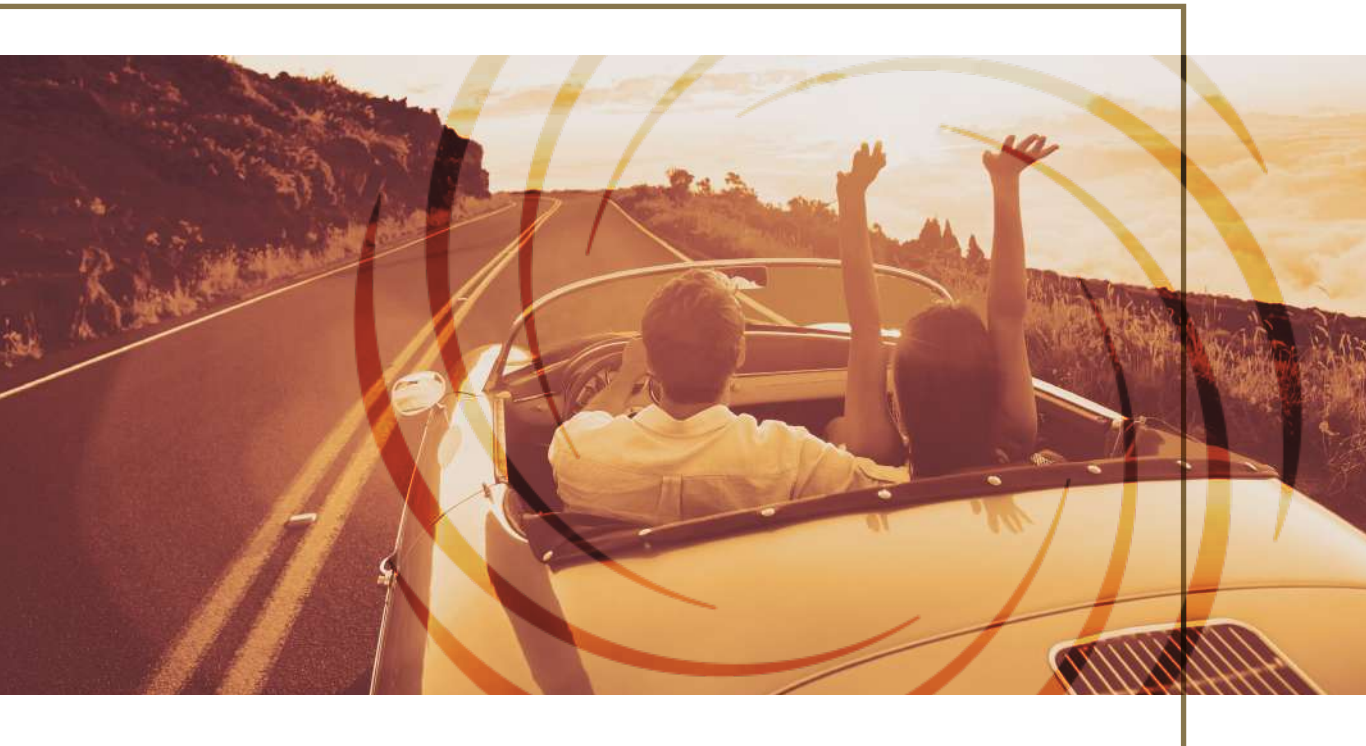
- a) Acompanhamento do perfil de clientes;
- b) Avaliação da satisfação dos clientes;
- c) Acompanhamento da prestação dos serviços;
- d) Definição de planos de ação.

3. COMPLIANCE, PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

As matérias relativas ao Compliance e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro. **Neste âmbito, a Golden Assets e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:**

- a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (Compliance), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.
- b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.
- c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.
- d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de auto-avaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

5. ATIVIDADE



A atividade da Golden Assets registou um bom desempenho em 2017, conseguindo aumentar o volume de ativos sob gestão, incluindo a consultoria, bem como o número de novos clientes.

Saliente-se que a Golden Assets continua a exibir uma estrutura financeira sólida, terminando o ano de 2017 com um rácio de fundos próprios totais de 30,83%, em muito superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2017 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Assets eram de 477.087€, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 1.838.966€, o que implica um excesso de fundos próprios de 1.361.878€.

No final de 2017, o volume total da carteira de clientes (englobando o aconselhamento financeiro - “advising”) fixou-se em

1073 milhões de euros, evidenciando um crescimento superior a 9% comparativamente a 2016. Continua deste modo a verificar-se o sucesso da estratégia prosseguida pela Sociedade, oferecendo um serviço de gestão e de aconselhamento de qualidade e independência. O crescimento na carteira de clientes foi acompanhado pelo aumento das comissões de gestão fixas recebidas em 18%, sendo que o valor global de comissões diminuiu face a 2016 fundamentalmente pela redução das comissões variáveis. Contudo, o cuidado na contenção de custos, que diminuíram 9,3%, permitiu que o decréscimo no produto bancário fosse de cerca de 5%, ainda assim uma variação menor do que a verificada no valor global de comissões.

Decorrente do exposto, a Golden Assets obteve em 2017 um resultado líquido positivo de 17.140€. Não tendo havido alterações no capital social, este valor implica um resultado por ação de dezassete cêntimos.

6. PERSPETIVAS

O ano de 2018 deverá manter a tendência de crescimento da atividade, quer no serviço de “advising”, quer no serviço de gestão discricionária.

Acreditamos que a nova marca Golden Wealth Management trará não só uma comunicação mais clara dos serviços prestados pela

Golden, mas também uma proposta de valor mais agregadora para os clientes.

O ano de 2018 será o ano da consolidação da nova marca, com um posicionamento mais claro e uma estratégia de comunicação que aproxime o cliente e o mercado à oferta da Golden.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido positivo, no montante de 17.140,06 € da seguinte forma: Reserva legal (10%) 1.714,01€ | Resultados transitados 15.426,05€.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

- › **Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,**
- › **Às instituições financeiras que nos apoiaram,**
- › **Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,**
- › **A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,**
- › **Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.**

Porto, 15 de fevereiro de 2018
O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal

Sérgio Ferreira da Silva
Vogal

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

➤ BALANÇO EM BASE INDIVIDUAL (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos em euros)

Ativo	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Ano anterior (31-12-2016)
		1	2	3=1-2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1.149		1.149	1.259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	703.877		703.877	169.378
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	56.279		56.279	53.339
Aplicações em instituições de crédito	3	250.000		250.000	500.000
Outros ativos tangíveis	5	970.230	604.735	365.495	391.488
Ativos intangíveis	5	100.671	97.521	3.150	12.700
Ativos por impostos correntes	6	15.137		15.137	17.901
Outros ativos	7	911.174		911.174	1.273.016
Total de Ativo		3.008.517	702.256	2.306.260	2.419.082

Passivo	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Passivos por impostos correntes	6	22.290	0
Outros passivos	7	398.660	553.852
Total de Passivo		420.951	553.852

Capital	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Capital	8	500.000	500.000
Outros instrumentos de capital	9	125.000	125.000
Reservas de reavaliação	10	26.053	22.665
Outras reservas e resultados transitados	10	1.217.116	1.211.439
Resultado do exercício	18	17.140	6.126
Total de Capital		1.885.309	1.865.229
Total de Passivo + Capital		2.306.260	2.419.082

Rubricas Extrapatrimoniais	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.	20	60.891	42.575
Valores administrados pela instituição	20	683.883.330	587.470.646

O Conselho de Administração
O Contabilista Certificado

➤ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Juros e rendimentos similares		4.036	4.196
Juros e encargos similares		-	-
Margem financeira		4.036	4.196
Rendimentos de serviços e comissões	11	3.905.171	4.256.577
Encargos com serviços e comissões	12	(1.919.196)	(2.177.360)
Resultados de reavaliação cambial		(42.059)	(42.080)
Outros resultados de exploração	16	60.397	76.824
Produto bancário		2.008.349	2.118.158
Gastos com o pessoal	13 e 14	(947.776)	(1.032.641)
Gastos gerais e administrativos	15	(960.573)	(991.965)
Amortizações do exercício	5	(60.569)	(62.331)
Resultados antes de impostos		39.430	31.221
Impostos correntes	6	(22.290)	(25.094)
Resultado após impostos		17.140	6.126
Resultado por ação			
Básico	18	0,17	0,06
Diluído	18	0,14	0,06

O Conselho de Administração
O Contabilista Certificado

> **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Resultado líquido do exercício		17.140	6.126
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		2.940	(2.265)
Rendimento integral do exercício		20.080	3.861

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral

O Conselho de Administração
O Contabilista Certificado

> **DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(valores expressos em euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação do justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de Janeiro de 2016		500.000	125.000	24.930	1.166.148	45.291	1.861.368
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	(2.265)	-	-	(2.265)
Aplicação do resultado do exercício de 2015:							
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	45.291	(45.291)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016		-	-	-	-	6.126	6.126
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		500.000	125.000	22.665	1.211.439	6.126	1.865.229
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	3.389	(449)	-	2.940
Aplicação do resultado do exercício de 2016:							
Transferência para reservas e resultados transitados	10	-	-	-	6.126	(6.126)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017		-	-	-	-	17.140	17.140
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		500.000	125.000	26.053	1.217.116	17.140	1.885.309

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração
O Contabilista Certificado

› **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(valores expressos em euros)

Atividades Operacionais	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Juros, comissões e rendimentos recebidos	4.522.364	5.327.175
Juros, comissões e encargos similares pagos	(2.508.850)	(3.146.444)
Pagamentos ao pessoal	(982.438)	(1.032.641)
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	96.094	(180.907)
Resultados de reavaliação cambial	(43.734)	-
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(769.061)	(804.558)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	314.375	162.626
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.905
Aplicações em instituições de crédito	250.791	(100.000)
Outros ativos	-	626.782
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	250.791	529.687
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	-	(579.992)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	-	(579.992)
Fluxo das atividades operacionais (1)	565.166	112.321
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	(3.875)	3.150
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	(26.902)	(11.400)
Fluxo das atividades de investimento (2)	(30.777)	(8.250)
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	-	-
Fluxo das atividades de financiamento (3)	-	-
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	534.390	104.071
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	170.636	66.566
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	705.026	170.637

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração
O Contabilista Certificado

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(montantes expressos em euros)

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2017	2016
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.149	1.259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	703.877	169.378
Caixa e seus equivalentes	705.026	170.637
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	250.000	500.000
Disponibilidades constantes do balanço	955.026	670.637

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

O Conselho de Administração
O Contabilista Certificado

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

> NOTA INTRODUTÓRIA

A GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A. (adiante designada por “GOLDEN ASSETS” ou “Sociedade”) foi constituída em 21 de março de 1991, sob a forma de sociedade anónima, tendo por objeto social a administração de valores mobiliários propriedade de terceiros e a prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, n.º 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade encontra-se sob supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”) ao abrigo do determinado no Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Durante o exercício de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

i.1) Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis)

deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5

O património artístico não é objeto de amortização. São obtidas regularmente avaliações para determinar se o património artístico pode estar em imparidade. Caso seja aplicável, estas avaliações determinam o correspondente registo de imparidade na demonstração de resultados.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração do rendimento integral e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2017.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão e de consultoria, registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 11).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

A Sociedade auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

(i) componente fixa, anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

(ii) componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato

de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incidirá sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

A atividade da Sociedade, gestão contratada de ativos, encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais. Estas rubricas referem-se, essencialmente, às carteiras de ativos geridas pela Sociedade. Estas carteiras, para além de disponibilidades, incluem valores mobiliários. Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, pelo respetivo valor nominal, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 20).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais. A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, da faturação efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento do recebimento) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os

montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

I) Rédito e especialização de exercícios

Na sua atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar do seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado (respetivamente), sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas

à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar

a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“non adjusting events”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1.3. ALTERAÇÕES DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

No decurso do exercício de 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face ao exercício anterior.

1.4. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os valores do exercício de 2016.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais.

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica era composta pelas seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

› Aplicações em instituições de crédito no país:

	2017	2016
Depósitos a Prazo	250.000	500.000

4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica refere-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2017	Valor de Balanço 31.12.2017	Valor de Balanço 31.12.2016	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro OT's 3,85% 04 2021	50.000	1,00€	112,6%	56.279	53.339	53.925
				56.279	53.339	

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores.

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento nos “Outros ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2017					
Ativo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	97.521	3.150	-	-	100.671
	97.521	3.150	-	-	100.671
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	361.050	-	-	-	361.050
Mobiliário e material	141.852	2.032	-	-	143.884
Máquinas e ferramentas	13.068	426	-	-	13.494
Equipamento informático	161.295	5.766	-	-	167.061
Equipamento de Transmissão	3.048	-	-	-	3.048
Equipamento de Ambiente	8.078	13.653	-	-	21.730
Equipamento de segurança	21.088	-	-	-	21.088
Património Artístico	238.875	-	-	-	238.875
	948.354	21.877	-	-	970.230
	1.045.875	25.027	-	-	1.070.901

2017					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	84.821	12.700	-	-	97.521
	84.821	12.700	-	-	97.521
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	270.866	22.311	-	-	293.177
Mobiliário e material	101.735	7.804	-	-	109.539
Máquinas e ferramentas	11.907	1.513	-	-	13.420
Equipamento informático	149.759	12.377	-	-	162.136
Equipamento de Transmissão	3.048	0	-	-	3.048
Equipamento de Ambiente	2.074	2.716	-	-	4.790
Equipamento de segurança	17.477	1.148	-	-	18.625
	556.866	47.869	-	-	604.735
	641.686	60.569	-	-	702.256



2016

Ativo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	94.371	3.150	-	-	97.521
	94.371	3.150	-	-	97.521
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	361.050	-	-	-	361.050
Mobiliário e material	138.684	3.168	-	-	141.852
Máquinas e ferramentas	13.068	-	-	-	13.068
Equipamento informático	157.496	3.798	-	-	161.295
Equipamento de Transmissão	3.048	-	-	-	3.048
Equipamento de Ambiente	2.128	5.951	-	-	8.078
Material de transporte	24.600	-	24.600	-	-
Equipamento de segurança	20.804	284	-	-	21.088
Património Artístico	238.875	-	-	-	238.875
	959.753	13.200	24.600	-	948.354
	1.054.124	16.350	24.600	-	1.045.875

2016

Amortizações e perdas de imparidade

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	73.171	11.650	-	-	84.821
	73.171	11.650	-	-	84.821
Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	248.555	22.311	-	-	270.866
Mobiliário e material	94.040	7.695	-	-	101.735
Máquinas e ferramentas	10.500	1.407	-	-	11.907
Equipamento informático	132.649	17.111	-	-	149.759
Equipamento de Transmissão	3.048	-	-	-	3.048
Equipamento de Ambiente	1.064	1.010	-	-	2.074
Material de transporte	24.600	-	-	-	-
Equipamento de segurança	16.329	1.148	-	-	17.477
	530.784	50.681	-	-	556.866
	603.955	62.331	-	-	641.686

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos por impostos correntes são como se segue:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2017	2016
Pagamento por conta/Pagamento especial por conta	8.920	-
IRS/IRC a recuperar	-	11.684
IRS/IRC a recuperar - obrigações	6.217	6.217
	15.137	17.901

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Sociedade encontrou-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama e a taxa de imposto agregada foi de 22,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como segue:

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		39.430		31.221
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	9.372	21,00%	9.389
Tributação autónoma		12.248		15.034
Outros (Derrama)	1,50%	670	1,50%	671
Imposto apurado com base na taxa efetiva	56,53%	22.290	80,38%	25.094
Do qual:				
Imposto corrente		22.290		25.094

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2017 não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2017	2016
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	22.290	-
	22.290	-

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	2017	2016
Devedores diversos		
Clientes	810.313	1.127.739
Notas de crédito a clientes	(1.764)	(2.329)
	808.549	1.125.410
Proveitos a receber		
Comissões a receber	11.178	56.232
Juros a receber	1.415	1.915
	12.593	58.147
Despesas com encargos diferidos		
Seguros	7.102	7.201
Rendas	25.924	24.390
Outros	17.585	20.882
	50.610	52.473
Outros ativos – Setor Público Administrativo		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	28.890	28.715
Outros	10.531	8.271
	39.422	36.986
	911.174	1.273.016

O saldo da rubrica de “Clientes” em 31 de dezembro de 2017 refere-se, essencialmente, às comissões devidas pelos mesmos relativamente a prestações de serviços efetuadas durante o mês de dezembro, as quais foram recebidas durante os primeiros dias de 2017 (Nota 1.2.g).

O saldo da rubrica “Comissões a receber” em 31 de dezembro de 2017 refere-se às comissões especializadas mas ainda não faturadas aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

	2017	2016
Fornecedores e outros credores:		
Fornecedores	134.863	294.993
	134.863	294.993
Encargos a pagar:		
Gastos com pessoal	102.777	112.142
Outros custos administrativos	130.424	107.577
	233.201	219.719
Outras exigibilidades – Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	16.486	24.561
Contribuições para a Segurança Social	14.111	14.579
	30.597	39.140
	398.660	553.852

O saldo da rubrica “Fornecedores” tem maturidade até 3 meses.

8. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital da Sociedade era representado por 100.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas, em exercícios anteriores, pelos acionistas da Sociedade, no montante de 125.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o capital próprio da Sociedade, após essa restituição, não ficar inferior ao somatório do capital social e reserva legal.

10. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	2017	2016
Reserva legal	182.312	181.699
Resultados transitados	1.034.804	1.029.740
	1.217.116	1.211.439

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de Abril de 2017 aprovou a transferência do resultado líquido do exercício de 2016 para “Outras reservas e resultados transitados” como segue:

Reserva legal	613
Resultados transitados	5.963
	6.576

11. RENDIMENTOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Sendo o objeto social da Sociedade a administração de bens por conta de terceiros e a prestação de consultoria em matéria de investimento, estes proveitos, registados sob a forma de comissões, representam aproximadamente 98%, do total de proveitos imputados a ambos os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

As comissões cobradas incidem sobre uma base representativa da carteira de cada cliente valorizada de acordo com os princípios acordados entre as partes. Desta forma, para efeitos de cálculo da comissão de gestão, os ativos que compõem as carteiras dos clientes são valorizados de acordo com o Aviso nº 3/04 de 23 de junho, aplicável às sociedades gestoras de patrimónios (Notas 1.2 g) e h)).



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Comissões de gestão fixas	2.593.536	2.197.651
Comissões de gestão variáveis	115.219	758.896
Comissões relativas a serviços de consultoria	1.196.416	1.300.030
	3.905.171	4.256.577

12. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Comissões de gestão fixas	(1.913.580)	(2.172.726)
Serviços bancários	(5.615)	(4.634)
	(1.919.196)	(2.177.360)

13. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 14)	(87.704)	(121.781)
Remunerações dos colaboradores	(665.956)	(706.244)
Encargos sociais obrigatórios	(182.561)	(198.218)
Outros custos com pessoal	(11.555)	(6.398)
	(947.776)	(1.032.641)

O número médio de trabalhadores e administradores executivos ao serviço da Sociedade encontrava-se repartido da seguinte forma:

	2017	2016
Administradores executivos	3	3
Diretores	1	1
Pessoal técnico	23	20
Pessoal administrativo	1	2
	28	26



14. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E FISCAL ÚNICO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração ascenderam a 87.704 Euros e 121.781 Euros, respetivamente (Nota 13).

As remunerações brutas liquidadas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser discriminadas como segue:

	2017			2016		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
António Nunes da Silva	53.968	-	-	53.994	-	53.994
João Correia de Matos	18.268	-	-	30.395	-	30.395
Sérgio Silva	15.468	-	-	37.392	-	37.392
	87.704	-	-	121.781	-	121.781

O Fiscal Único da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, uma remuneração de 8.600 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2017 e ao longo do exercício, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

15. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Serviços especializados	377.801	385.541
Rendas e alugueres (Nota 17)	262.988	277.784
Deslocações e estadas	110.337	119.340
Rendas de locação operacional	45.833	55.984
Comunicações	45.744	45.355
Publicidade	27.854	17.199
Outros	90.016	90.761
	960.573	991.965

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica pode ser desagregada como segue:

	2017	2016
Contribuições para o sistema de indemnizações	(6.211)	(1.500)
Outros custos	(3.167)	(17.602)
	(9.380)	(19.102)
Cedências de pessoal	13.960	15.663
Outros ganhos e rendimentos	55.816	80.263
	69.776	95.926
Outros resultados de exploração	60.397	76.824



17. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as transações realizadas com outras empresas do Grupo, com outras sociedades com acionistas comuns e com sociedades relacionadas foram, como segue:

31.12.2017	Solid Assets	Golden Broker	Golden Real Estate	Golden Corporate Consultores, Lda	GLD Serviços Finance	UP Rigorosa Condição	Vintageburgo	IMF	GMDI	A4	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(180.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços partilhados	-	(6.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	(242.785)	-	-	-	(4.602)	(870.909)	(10.873)	-	-	(63.155)
Serviços especializados	-	-	-	-	(132.387)	-	-	-	-	-	-
Rendimentos obtidos	-	36.000	6.000	6.000	-	-	-	-	6.000	-	-

31.12.2016	Solid Assets	Golden Broker	Golden Real Estate	Golden Corporate Consultores, Lda	GLD Serviços Finance	UP Rigorosa Condição	Vintageburgo	IMF	GMDI	A4	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(180.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços partilhados	-	(6.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	(275.637)	-	-	(1.349)	(7.850)	(1.733.409)	(19.861)	-	-	(52.090)
Serviços especializados	-	-	-	-	(120.000)	-	-	-	-	(385)	-
Rendimentos obtidos	-	36.000	6.000	6.000	-	-	-	-	6.000	-	-

18. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2017	2016
Resultado para efeitos de cálculo do resultado por ação líquido e diluído	17.140	6.126
Número médio ponderado de ações para efeitos de cálculo do resultado por ação líquido e diluído	100.000	100.000
Resultado por ação		
Básico	0,17	0,06
Diluído	0,17	0,06

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de fevereiro de 2018. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

20. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Compromissos perante terceiros		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indeminização aos Investidores	60.891	42.575
Responsabilidades por prestação de serviços		
Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h)	683.883.330	587.470.646

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado ascende a 56.279 Euros e 53.339 Euros, respetivamente (Nota 4).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos geridos pela Sociedade apresentam o seguinte detalhe:

	2017	2016
Obrigações, ações e ETF's	385.930.759	314.014.491
Disponibilidades e Dep.Prazo	202.247.469	198.101.118
Outros instrumentos financeiros	95.705.102	75.355.037
	683.883.330	587.470.646

Os ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.2.h).

O Conselho de Administração
O Contabilista Certificado

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e que efetuaram as transações durante o exercício de 2017 que a seguir se discriminam:

Nome	Nº Ações 31/12/2016	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2017	% Participação e direito de voto
Baobá - Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)	9.500	0	0	9.500	9,5%

Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais da Golden Assets foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2016 e objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2015, sendo que se mantém em vigor conforme deliberado na Assembleia Geral de 16 de março de 2018 e a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DA GOLDEN ASSETS

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (Golden Assets).

A - GERAL

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Assets tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- No equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- Na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Assets;
- No estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos. Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Assets.

No que diz respeito aos responsáveis pelo *Compliance* e pelo controlo de risco, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Assets.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa.

O Conselho de Administração da Golden Assets deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade.

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.

B- POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA GOLDEN ASSETS

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

- a) Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da Sociedade e do Grupo onde se insere;
- b) Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
- c) Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
- d) Prossecução dos interesses dos clientes;
- e) Competitividade face às práticas de mercado;
- f) Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
- g) Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
- h) Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

DESEMPENHO

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- Pela sociedade;
- Pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- Pelo seu mérito individual.

COMPETITIVIDADE

A Golden Assets procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Assets tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e know how capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

ESTRATÉGIA

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Assets, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

EQUIDADE

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

ALINHAMENTO COM OS ACIONISTAS

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade.

CONTROLO DO RISCO

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a sociedade e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

C - COMPONENTES DA REMUNERAÇÃO

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

- a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a sociedade se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
- b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e, caso existam, não executivas;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
- d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
- e) O Presidente e os restantes membros com funções executivas do Conselho são avaliados pela CSAR;
- f) O Fiscal Único é remunerado pela prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
- g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

Remuneração Fixa:

REMUNERAÇÃO FIXA

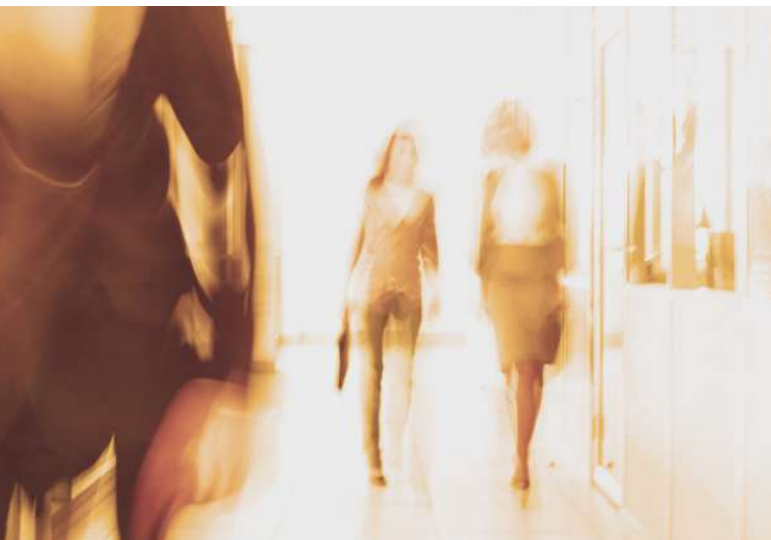
- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Assets;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela CSAR ou, não estando esta constituída ou apta a deliberar, pela Assembleia Geral.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;
- b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
- e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;
- f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

BENEFÍCIOS

Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.



D - ASPETOS COMPLEMENTARES

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Os montantes pagos aos administradores em 2017, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 141.700 euros.

COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

1. A CSAR é composta por 3 membros designados pela Assembleia Geral (um deles exercendo funções de Presidente), podendo ser ou não acionistas, escolhidos tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações.

2. Pelo menos, um dos membros da CSAR deverá reunir os requisitos seguintes:

- 2.1. Não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade;
- 2.2. Não se encontrar em nenhuma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.

3. O Presidente poderá convidar uma pessoa terceira para exercer as funções de Secretário da CSAR, a quem competirá a elaboração das atas e arquivo da documentação.

4. Compete à CSAR:

- 4.1. Proceder à seleção e avaliação previstas no Capítulo I;
- 4.2. Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do Capítulo II,
- 4.3. Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da Golden Assets;
- 4.4. Auxiliar o CA no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da Golden Assets.

5. A CSAR reunirá sempre que for convocada pelo respetivo Presidente ou por dois dos seus membros, e, nomeadamente, sempre que tenha que se pronunciar sobre as questões da sua competência, indicadas no n.º 3 deste Capítulo.

6. As reuniões da CSAR deverão ser convocadas com sete dias de antecedência, com indicação dos assuntos a tratar.

7. Cada membro da CSAR tem direito a um voto, tendo o Presidente voto de qualidade.

8. Das reuniões da CSAR serão elaboradas pelo Presidente ou, se existir, pelo Secretário, atas sucintas contendo as principais questões abordadas e as conclusões retiradas, que serão assinadas pelos membros presentes nas respetivas reuniões.



RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICOS
Golden Assets

Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a atividade da “**Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.**” e procedemos às verificações que julgámos convenientes relativas ao exercício de 2017, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Acompanhámos a atividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
3. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativas ao exercício de 2017;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Porto, 15 de fevereiro de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20170936)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados - SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º Piso, Letras H e O | 1050 - 094
Lisboa – Portugal | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social € 50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20171462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
Golden Assets

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2.306.260 euros e um total de capital próprio de 1.885.309 de euros, incluindo um resultado líquido de 17.140 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Rendimentos de Serviços e Comissões (Notas 1.2.g) e 11 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 3.905.171 euros.</p> <p>Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito.</p> <p>O reconhecimento e cálculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico.</p> <p>Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - o recálculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; - a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e - uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
<p>Salvaguarda dos bens de clientes (Notas 1.2.h) e 20 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 683.883.330 euros.</p> <p>Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais.</p> <p>Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e - a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de **Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.** pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 15 de fevereiro de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)



www.goldenwm.pt